

COLECIONA

vol. 7/Ano 2
julho/agosto

FICHÁRIO D@ EDUCADOR AMBIENTAL

TEXTOS PARA SE PENSAR A EA

- Conscientização com latas de cerveja
- A Educação Ambiental no Processo Produtivo

PÁG. 3

AÇÕES E PROJETOS

- MMA lança documento inicial da Encea
- Manhã de interação ambiental
- Um balanço do Sibeia

PÁG. 11

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- Participación social, políticas públicas ambientales y el papel de la Educación Ambiental

PÁG. 17

10 ANOS DA PNEA

- Entrevista com Cleidemar Valério
- Entrevista com Diego Rodrigues

PÁG. 21

AGENDA DA EA

- Eventos e Cursos para @ Educador Ambiental

PÁG. 25

INDICA-SE

- Livros e publicações voltados à Educação Ambiental

PÁG. 27

CADASTRE-SE

Caso tenha interesse em receber em seu endereço eletrônico este material, envie um e-mail para educambiental@mma.gov.br com o assunto: recebimento Coleciona: fichário do EA, ou por meio do blog Coleciona (<http://colecciona-ea.blogspot.com>).

COLABORE

O recebimento dos textos é um fluxo contínuo, isto é, não há prazos para o envio dos mesmos.

DICAS PARA O ENVIO: Os textos devem ter no máximo quatro páginas, fonte *times new roman* 12, com espaço 1 1/2. Deve conter ainda o nome e minicurrículo do autor e bibliografia consultada.

Caso haja a necessidade de alterar o tamanho do documento ou seu conteúdo, o autor será notificado e a publicação se dará mediante aprovação do mesmo.

Envio: educambiental@mma.gov.br
Assunto: Artigo COLECIONA

OPINE

Envie sua opinião sobre o conteúdo e o formato deste material para educambiental@mma.gov.br, com o assunto: opinião Coleciona: fichário do EA ou por meio do blog Coleciona (<http://colecciona-ea.blogspot.com>). Se possível, nos comunique sobre seu envolvimento com atividades de Educação Ambiental.

Fica autorizada a publicação total ou parcial do conteúdo deste fichário, desde que citada a fonte.

O conteúdo dos eventos e cursos são de inteira responsabilidade de seus organizadores/coordenadores.

Conscientização com latas de cerveja

Germano Woehl Jr. *

Lembro-me da época de criança, no final dos anos 60, em Itaiópolis (SC), que os recicláveis rendiam um bom dinheiro. Eu e toda a piaçada da comunidade juntávamos estes materiais para vender para um caminhão que passava de tempos em tempos.

Basicamente, eram coletadas latas de metal (não existia de alumínio), utensílios domésticos (panelas e bacias) velhos de alumínio, vidro e ossos que a gente apanhada nos poteiros das carcaças do gado que morria de alguma doença e para nossa sorte nunca eram enterradas, devido ao trabalho que isto dava.

O que eu nunca imaginei é que aquela atividade de descolar alguns trocados daria nos dias de hoje o passaporte para participar da conferência do meio ambiente, em Brasília, promovida anualmente pelo Ministério do Meio Ambiente e congrega estudantes representando as escolas de todo o Brasil.

Esta atividade de vasculhar as taperas em busca de panelas velhas de alumínio amassadas e ferramentas agrícolas quebradas de ferro enferrujado nunca precisou ser estimulada pela escola. Foi suficiente saber pelos mais velhos que tinha alguém que comprava determinado material que a gente guardava a espera do caminhão que comprava.

Na verdade, teve uma ocasião, já minha pré-adolescência, que uma instituição estimulou a coleta dos recicláveis. Não foi bem a instituição, mas seu representante, o chefe dos escoteiros. O objetivo, segundo ele, era para angariar fundos para o movimento. Lembro-me que até gincanas foram promovidas para ver quem juntava mais recicláveis.

Coitados dos vizinhos e demais moradores de Itaiópolis. Eram incomodados o tempo todo pela piaçada suplicando - ou, melhor, enchendo saco - para deixarem garimpar em seus quintais os valiosos recicláveis. Quando se usava as palavras mágicas “é para os escoteiros”, eles abriam o coração e davam até as sucatas guardadas no paiol.

Descobrimos mais tarde que o dinheiro dos recicláveis não era exatamente para o nosso grupo de escoteiros, mas para o bolso do chefe. Isto explicava o grande empenho dele em nos cobrar a coleta de quantidades cada vez maiores de recicláveis. Ficamos muito decepcionados, como se pode imaginar. Usou as crianças e o nome do movimento para benefício próprio.

Certamente, hoje ele ainda ganharia um prêmio ambiental e matérias de capa nos jornais por estar “conscientizando” as crianças, considerando que aquelas montanhas de recicláveis que catamos nas casas e nas taperas são muito utilizados como indicadores da “consciência ambiental” aqui no Brasil. Seria também o “case” apresentado na conferência do meio ambiente.

Alguém pode estar curioso para saber por que eles queriam os ossos? Nós também tínhamos esta curiosidade. Era para fabricar farinha de osso, utilizada na ração animal. Agora dá para entender porque algumas doenças do gado se espalhavam tão rapidamente.

Ah! Naquela época o conceito de reutilizar também estava muito presente no dia-a-dia. As formas de pães e bolos, bacias e canecos eram confeccionados de latas de óleo de soja que eram desmanchadas e suas folhas remendadas com rebites para a produção das peças maiores, no caso das formas e bacias. Estes utensílios custavam bem menos do que os de alumínio.

O que surpreende é uma atividade tão antiga e bastante difundida que é o comércio de materiais recicláveis ter ido parar dentro da escola como uma grande novidade para salvar o planeta. Não sei se é preciso a escola ensinar que é bom ganhar dinheiro.

A reciclagem do lixo, quer dizer, das latinhas de cerveja e das garrafas PET, é o assunto predileto da maioria esmagadora das escolas para trabalharem a temática ambiental. Temas de grande relevância para a sociedade como o desmatamento da Floresta Amazônia ou do que resta da Mata Atlântica e das matas ciliares dos rios que abastecem a cidade – e a escola –, bem como a perda da biodiversidade, poluição, consumo etc. não tem chances alguma de competir com a reciclagem do lixo.

O que se entende por educação ambiental é pedir para os alunos catarem e trazerem a maior quantidade possível de latinhas de cerveja e garrafas PET para as dependências da escola. Então, este material é vendido para levantar fundos para a escola. Fazer sua parte para salvar o Planeta é simplesmente isto. Muito fácil, não é mesmo?

Em Jaraguá do Sul (SC), bem como nos municípios vizinhos, tem uma empresa privada que faz a coleta seletiva. Além disso, tem a cooperativa de catadores. Já teve até morte em um parque da cidade numa briga entre catadores pela disputa das latinhas de cerveja vazias, de tão valioso que é este material. Agora, os catadores, que lutam para sobreviver, têm que disputar as latinhas e garrafas PET com as escolas que também entraram no páreo.

É uma concorrência desleal, pois a escola explora a mão de obra do seu exército de alunos para coletar os recicláveis. Já o coitado do catador tem que perambular dia e noite pela cidade, empurrando seu carrinho e correndo risco de perder a vida se invadir, sem saber, o território de um catador hostil.

O grande problema dos recicláveis domésticos é que são necessários volumes grandes para valerem alguma coisa. E acumular os recicláveis requer muito espaço, que também é problema. Quem tiver alguma estratégia de baixo custo para juntar grandes quantidades, consegue um bom resultado com a venda.

Será que existe alguma eficácia disso na educação ambiental das nossas crianças? Vou citar o exemplo de uma escola pública de ensino fundamental de Jaraguá do Sul, que coleta e comercializa materiais recicláveis já faz algum tempo. Usando um bom marketing ambiental, do tipo, “vamos salvar o planeta”, chega a fazer campanhas agressivas para estimular os alunos a coletarem e trazerem os recicláveis para a escola.

Uma destas campanhas lançada pela escola neste ano foi a gincana de coleta de garrafas PET com ofertas de prêmios ou notas para os alunos que trouxessem mais garrafas. Muitos pais reclamaram que o consumo de refrigerantes havia triplicado com a campanha. As crianças estavam empantufando-se de tanto tomar refrigerantes para esvaziar o maior número possível de garrafas e ganhar a gincana. Chegavam a pressionar a família, até os avós e os irmãozinhos, para consumirem mais refrigerantes.

Outro exemplo vem de uma escola particular de Florianópolis. Para aderir à moda da reciclagem a escola instalou ao lado da cantina uma daquelas máquinas de amassar as latinhas de refrigerantes. As crianças adoravam a novidade – ou melhor, o brinquedo – e ficavam amassando as latinhas o tempo todo na hora do recreio. Faziam até fila para disputar a máquina. Resultado: o consumo de refrigerantes aumentou assustadoramente e a direção da escola teve o bom senso de retirar a máquina. Deve ter sido reclamação dos pais.

Há ainda casos de escolas que montaram uma verdadeira indústria química para fabricar sabão explorando o conceito de utilizar óleo de cozinha. Ocorre que a receita leva produtos químicos de manuseio muito perigoso, como a soda cáustica e o álcool. Uma coisa é a professora fazer uma demonstração, dentro da disciplina de química, de como se fabrica o sabão. Isto é muito educativo, sem dúvida. Outra coisa é fabricar sabão na escola em larga escala e forçar as crianças a venderem o produto. Que exemplo estão dando para as crianças? Estão ensinando que uma indústria química pode operar sem nenhuma licença ambiental e que o produto não precisa de nenhum teste.

Esta visão extremamente limitada que as escolas têm das questões ambientais é em parte reflexo da situação deplorável em que se encontra o nosso ensino. Embora, em certos casos é bastante nítido que o objetivo é ganhar dinheiro usando a preocupação com o meio ambiente como estratégia de marketing. Mas não se está tentando criar nenhum valor ético em relação ao consumo.

Abordar temas tão importantes para a sustentabilidade como conservação da natureza, desmatamento, perda de biodiversidade etc. (que contemplam de uma forma bem mais compreensível a questão do consumo) é ainda um tabu nas escolas. Percebi que em muitos casos isto ocorre não é tanto pela falta de interesse dos professores, mas é porque eles realmente não podem tratar destes temas em sala de aula, pois vão criar problemas para a escola.

Se conseguirmos fazer com que as escolas trabalhem com intensidade e profundidade estes temas, salvaremos o que resta da Mata Atlântica e a Floresta Amazônica, sem que as nossas crianças fiquem gordinhas de tanto tomar refrigerantes.

* O catarinense Germano Woehl Jr. é doutor em física pela Unicamp, pesquisador titular do Instituto de Estudos Avançados, em São José dos Campos (SP) e, nas horas vagas, se dedica na defesa da Mata Atlântica por meio do Instituto Rã-bugio: <http://www.oeco.com.br/germano-woehl/85-germano-woehl/21592-conscientizacao-com-latas-de-cerveja>



A Educação Ambiental no Processo Produtivo

Doma (Jose Lindomar Alves de Lima) *

Introdução

Com uma população de mais de 6 bilhões de habitantes, direta e indiretamente influenciadas por um modelo de sociedade que se mostra, a médio prazo, insustentável pela forma como faz uso dos recursos naturais, a espécie humana vive, provavelmente, um dos momentos mais críticos da sua trajetória no planeta Terra.

O uso intensivo dos recursos naturais associado ao aumento da população e aos padrões de consumo afeta a qualidade ambiental do nosso planeta.

Para que as pessoas possam viver e ter atendidas as suas necessidades básicas, quantidades enormes de recursos naturais são extraídos diariamente. Com o aumento da demanda por mais recursos naturais, ampliam-se, também, as possibilidades de mais impactos ao meio ambiente. E o setor empresarial, pelo próprio papel que desempenha na transformação de matérias-primas em bens de consumo, é um dos segmentos que mais expõem o lado crítico da relação do ser humano com a natureza.

É fato que até pouco tempo atrás cuidar de meio ambiente não era percebido pelas empresas como uma das suas atribuições e responsabilidades. A percepção de que meio ambiente faz parte das responsabilidades das empresas é recente e foi motivada por uma série de fatores dentre os quais podemos destacar os grandes acidentes ambientais, as pressões sociais, a legislação ambiental e a atuação dos órgãos públicos de fiscalização.

No entanto, a incorporação da variável ambiental nos negócios das empresas não significou, necessariamente, que este gerenciamento ambiental fosse feito, inicialmente, de uma forma sistematizada e com um olhar mais crítico e amplo sobre as atividades realizadas.

Com a pressão exercida pelos consumidores em busca de produtos ambientalmente sustentáveis, inicia-se a busca por padrões normativos que possibilitem às indústrias desenvolver produtos utilizando tecnologias mais limpas e ações sistematizadas de controle ambiental por meio da implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), baseados em normas internacionais de certificação ambiental, como a ISO série 14000.

No Brasil, a implantação de SGA's baseados em normas internacionais como a série ISO 14001 se deu no início da década de 90 e podemos definir esta norma como um conjunto de procedimentos que provocam ações sistematizadas e interligadas que por sua vez interagem com o objetivo de promover a sustentabilidade da organização. O SGA tem ainda como objetivo colocar em prática os compromissos da empresa expressos em sua Política Ambiental e sua implantação permite que a empresa faça um verdadeiro raio x sobre o seu negócio, com a identificação e mensuração dos seus principais aspectos e impactos ambientais.

O SGA auxilia o segmento empresarial a abordar as questões ambientais de forma sistêmica, inserindo a componente ambiental como parte integrante do seu planejamento estratégico, incorporando os cuidados ambientais em suas atividades operacionais de rotina. Com a gestão ambiental, o que é poluição passa a ser visto como desperdício de matéria e energia e ações de controle são adotadas no sentido de identificar e corrigir as fontes geradoras de impactos, retornando ao processo o que antes tinha como destino o meio ambiente interno e externo da empresa.

Percebe-se que um dos benefícios que a gestão ambiental traz é a aplicação prática do conceito de fazer mais com menos: menos matéria prima, menos desperdício, menos impactos negativos, menos transtornos,

uma vez que sua prática permite a identificação dos principais aspectos e impactos ambientais gerados pelas atividades que a empresa realiza, transformando em oportunidades de melhoria o que antes era percebido como transtornos operacionais.

Neste sentido, a gestão ambiental deve ser vista como uma oportunidade para os dirigentes empresariais refletirem sobre o papel que suas instituições desempenham na sociedade, ampliando suas ações de responsabilidade socioambiental para além dos muros de suas instituições.

Um dos pontos estratégicos na implantação do SGA diz respeito ao processo de treinamento dos trabalhadores, pois que a sua efetividade passa fundamentalmente pela qualificação daqueles que irão colocar em prática tudo o que a empresa assume como compromisso por meio da sua política ambiental.

Para fazer com que os princípios de uma gestão ambiental sejam percebidos pelos empregados e prestadores de serviços como um valor estratégico para a sustentabilidade da empresa, os cursos, encontros e oficinas de Educação Ambiental devem buscar uma metodologia que vá além da transmissão de informações sobre a gestão ambiental e suas normas e procedimentos de controle.

Cabe à Educação Ambiental contribuir com o processo de sensibilização dos trabalhadores, promovendo atividades que estimulem a tomada de consciência e de atitudes aplicáveis nas atividades de rotina dentro e fora da empresa, potencializando assim o caráter preventivo da gestão ambiental.

Deve-se buscar por meio da Educação Ambiental a implementação de um processo formativo que possibilite a construção de conhecimentos que reforcem o caráter preventivo da gestão, contribuindo para o desempenho sustentável da empresa de maneira que os trabalhadores possam se beneficiar das melhorias promovidas em relação ao ambiente, à segurança e à saúde ocupacional.

Baseado nestas premissas, os Programas Corporativos de Educação Ambiental (PROCEAs) devem estabelecer um processo educativo que possibilitem integrar teoria e prática de maneira a promover a construção de novos conhecimentos, com ações voltadas para a sustentabilidade – da empresa, das pessoas e do planeta.

Se a gestão ambiental na empresa é a construção de uma cultura baseada nos princípios da sustentabilidade e da responsabilidade compartilhada, fica evidenciado que o processo educativo não se restringe apenas aos assuntos internos da empresa e nem tão pouco deve ser direcionado apenas ao público interno e os conteúdos a serem abordados devem considerar aspectos relacionados também a cidadania, com o enfoque para a tomada de atitudes sustentáveis aplicáveis, fortalecendo assim o senso de cidadania dos públicos internos e externos.

A efetivação dessa concepção de Educação Ambiental no ambiente empresarial constitui certamente uma inovação e uma mudança de cultura em suas próprias ações educativas, transigindo de uma visão tradicional de treinamento para uma proposição de um processo formativo continuado, com intervenções educativas que maximizem as ações preventivas do SGA e minimizem os impactos negativos gerados pelas atividades da empresa.

Neste sentido, a Educação Ambiental ocupa um papel importante na fundamentação de uma cultura voltada para a gestão ambiental, uma vez que esta busca estimular mudanças na forma da empresa interagir com a realidade.

Mudar hábitos, atitudes e construir novos valores na cultura das organizações exige processos educativos continuados que devem ser implementados no médio e longo prazos, com a extensão deste processo educativo a todos os níveis funcionais da empresa – da alta direção aos quadros mais elementares da organização, de maneira ainda a incluir nas atividades educativas empregados, contratados e fornecedores de bens e serviços da empresa.

A Educação Ambiental, além de compartilhar informações e conhecimentos pertinentes aos procedimentos de gestão ambiental, sensibiliza, mobiliza, promove a participação, a cooperação, o diálogo e a tomada de consciência das pessoas, constituindo-se em um importante instrumento desta gestão.

Neste sentido, os PROCEAs têm como finalidade estimular o diálogo da empresa com suas partes interessadas – empregados, contratados, acionistas, comunidades vizinhas, órgãos fiscalizadores, etc, com ações

voltadas para a formação de uma cultura voltada para a sustentabilidade, não limitando essas ações apenas dentro da empresa, mas sobretudo, estimulando a sua expansão para além dos limites dos seus muros.

A realização, por meio da Educação Ambiental, de atividades voltadas para a qualificação ambiental de empregados, contratados e fornecedores de bens e serviços, bem como a promoção de encontros com lideranças comunitárias e a realização de cursos e oficinas para professores, auxiliam na compreensão dos princípios desta gestão, gerando um ambiente que contribui para a sustentabilidade das relações da empresa com suas partes interessadas.

Referências Bibliográficas

LIMA, J.L.A.; FONSECA, L; GUERRA, F; GUIMARES, M. PEREIRA, A; Dinamizando a Gestão Ambiental. Rio de Janeiro: PETROBRÁS, 2006, 143 p.

LIMA, J.L.A. GUERRA, F; FONSECA, L; GUIMARES, M.. Caderno do Dinamizador Ambiental. Rio de Janeiro: SAMARCO MINERAÇÃO, 2007, 61 p

* Diretor técnico da Ciclos Consultoria Ambiental, empresa especializada na elaboração de Programas Corporativos de Educação Ambiental (PROCEA) . Mestrando em Avaliação com Especialização em Avaliação e Análise Ambiental e Graduação em Serviço Social.



MMA lança documento inicial da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Snuc - Encea

Iara Carneiro¹

Maura Machado Silva²

O Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente coordena, desde 2006, o processo de elaboração participativa da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Encea).

Neste mês, foi divulgada a primeira versão da Encea, um documento contendo princípios, diretrizes, objetivos e propostas de ações necessárias à execução de políticas públicas, programas e ações de comunicação e educação ambiental que perpassem as fases de criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação brasileiras, incentivando a valorização e o (re)conhecimento destas áreas.

O desenho da Estratégia responde a reivindicações de deliberações das Conferências Nacionais de Meio Ambiente, tais como a intensificação da educação ambiental nas Unidades de Conservação, o desenvolvimento de estratégias e programas participativos para as áreas protegidas e a implementação do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). O PNAP e o ProNEA, enquanto propostas construídas pela sociedade e tomados como documentos referência para construção da Encea, trazem em seu escopo a necessidade da efetiva comunicação, educação e sensibilização pública para a participação e controle social sobre o Snuc e a importância de se inserir a educação ambiental nas etapas de planejamento e execução de ações relacionadas a: programas de conservação, recuperação, uso sustentável dos recursos naturais e melhoria do meio ambiente.

Para elaboração do documento inicial, um Grupo de Trabalho composto por integrantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Educação, do Ibama e do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio) promoveu momentos de diálogo com cerca de 250 atores e instituições em atividades presenciais (eventos e oficinas) e realizou o mapeamento e diagnóstico das ações de Comunicação e EA realizadas em UCs e entorno. Responderam ao diagnóstico 122 instituições, sendo 75,9% federais (Ibama e ICMBio), 13,4% órgãos estaduais de meio ambiente, além de 17 escolas, sendo 53% municipais, 35% estaduais e 12% escolas particulares. Outras 4.000 pessoas enviaram suas contribuições via e-mail institucional e blog.

Este diagnóstico relevou fragilidades e potencialidades das ações socioeducativas realizadas atualmente em UCs brasileiras das três esferas federativas e, partindo desta compreensão, a Encea aponta caminhos para superação das dificuldades, geração de conhecimento e incremento das experiências exitosas que estimulem, contribuam e fortaleçam processos e espaços em que ocorra a prática da cidadania e a participação consciente das comunidades nos processos decisórios relacionados às Unidades de Conservação e entornos.

Entretanto, para que se consolide como política pública efetiva, o documento inicial da Encea deve ser incrementado de forma democrática e com ampla participação social, passando por um processo de debate, consulta pública e pactuação com a parcela da sociedade brasileira que atua com a temática. A intenção é que o documento abarque as diferentes visões e expectativas dos atores e instituições que atuam na implementação de ações de educação ambiental e comunicação em UCs e entorno e seja considerada como marco referencial e documento orientador efetivamente utilizado por todos os atores e instituições envolvidos com o planejamento e execução de ações de comunicação e educação ambiental em Unidades de Conservação e seu entorno. É relevante frisar que esta política pública deve caracterizar-se como um primeiro passo para que a elaboração de documentos e políticas abranjam a diversidade de áreas destinadas à conservação ambiental e à ocupação por minorias étnicas.

Para tal, os diversos atores e instituições, de diferentes setores e instâncias são convidados a conhecer o documento inicial da Encea que apresenta as sugestões do Grupo de Trabalho, para dar continuidade à elaboração da Estratégia e para sua posterior implementação em Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais. A colaboração de todos é essencial para divulgação e incremento desta primeira versão da Encea e para preenchimento dos questionários do diagnóstico, cujos documentos encontram-se disponíveis para *download* no site do MMA (www.mma.gov.br/ea) e no blog (<http://Encea.blogspot.com>). Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço de email Encea@mma.gov.br.

1 Iara Carneiro possui graduação em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente, atuando no Subprograma Projetos Demonstrativos, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.

2 Maura Machado Silva é licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é doutoranda do Programa de Doutorado Interuniversitário em Educação Ambiental pela Universidade Autónoma de Madrid (UAM) e analista ambiental do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Manhã de interação ambiental

Sala Verde Centro de Educação Ambiental Avelino Peixe Filho

O Centro de Educação Ambiental Avelino Peixe Filho “Sala Verde” (CEA APF) ofereceu uma manhã de interação ambiental para docentes e funcionários da Emei Lar Esperança. O CEA APF “Sala Verde” recebeu 38 professores e funcionários da Emei Lar Esperança, da rede pública de ensino de Itapeva/SP para uma aula ambiental, dentro da programação da Educação Ambiental.

Neste primeiro encontro, professoras e funcionárias receberam explicações sobre a metodologia e o funcionamento do CEA APF. Foram apresentados cronograma, objetivos, plano de Educação Ambiental, além de instruções sobre as atividades ali desenvolvidas. A responsável pela visita da Emei ao Centro de Educação Ambiental foi a coordenadora Roseli Aparecida da Silva. Ao final das atividades, as professoras e as funcionárias se mostraram muito satisfeitas e enfatizaram ser esta uma experiência muito agradável e útil. O prof. Paulo Roberto Saponga, representante do CEA, Célia Pontes Pedroso, a coordenadora da Sala Verde, professora Elizabete Ap. Pereira de Oliveira, o estagiário em Educação Ambiental, Saulo Krischiner e a voluntária Michele Augusto Leite, ficaram felizes com o resultado alcançado e já consideram o CEA APF “Sala Verde”, não mais como uma promessa mas, sim, uma realidade em Educação Ambiental.

A parceria com a Secretaria Municipal de Educação (rede pública municipal de ensino), por exemplo, é uma experiência que nos enriquece e, ao mesmo tempo, qualifica o trabalho desenvolvido no CEAAPF “Sala Verde”. “Como tudo o que é ‘novo’, é preciso coragem para enfrentar. Foi necessário superar os próprios limites, indo em busca de alternativas para que essa prática acontecesse de maneira bastante significativa e que fosse ao encontro dos ideais de uma docência comprometida na busca de uma educação com qualidade para o futuro cidadão”, disse Paulo Saponga.

A finalidade foi promover situações de interatividade com o meio ambiente, por meio de funcionárias e professoras dentro de uma proposta interdisciplinar, buscando a formação de um cidadão crítico, capaz de estabelecer relações entre as diversas áreas do conhecimento ambiental e a realidade do mundo em que estamos vivendo. “Acredito que ser cidadão é muito mais que apenas encontrar respostas em um ambiente só dele. Ser cidadão significa ir além do seu local de vivência, é introduzir em seu cotidiano experiências outras, o perceberem que cada dia nos traz pelo menos uma oportunidade de aprender algo valioso, seja com uma pessoa, com a natureza, com nosso próprio pensamento crítico... basta estar receptivo, saber observar e perceber as mensagens, por vezes, sutis...”, disse a coordenadora Roseli Silva.

Dando continuidade ao projeto de educação ambiental, a Fundação Planeta Terra está em busca de parcerias para dar seqüência às atividades. O objetivo do CEA é melhorar a qualidade de vida das pessoas de uma forma criativa e lúdica, assim como promover mais atividades ambientais que integre os participantes. A Educação Ambiental pode servir como estratégia de melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento pessoal, humano, ambiental e coletivo no CEAAPF.

As escolas interessadas em conhecer e/ou participar da Sala Verde devem entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação ou com o CEAAPF “Sala Verde”. As aulas são gratuitas e abertas a estudantes, professores, funcionários e população em geral, desde que em grupos ou associações.

O CEA APF fica na Avenida Higino Marques, 193, Centro, Itapeva, São Paulo. Funciona de segunda a sexta-feira, das 08 às 18 horas. Telefone (15) 3521 3077 - e-mail: planetaterra@planetaterra.org.br

Fonte: <http://salasverdes.blogspot.com>



Um balanço do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental

Philippe Pomier Layrargues¹
Ricardo Veronezi Ferrão²

O Sistema Brasileiro sobre Informação Ambiental (Sibea), criado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2002 e completamente reestruturado em 2007, por ter sido constatado problemas operacionais complexos, corresponde a uma política pública nacional que visa democratizar, descentralizar e divulgar tudo que existe sobre educação ambiental no país. Trata-se de uma base de dados na Internet que reúne informações sobre esse tema por meio da auto-alimentação de dados pelos educadores ambientais. Transcorridos dois anos desde seu lançamento, é possível efetuar uma análise preliminar sobre sua evolução e sua utilidade.

O “novo” Sibea foi apresentado ao público já contando com uma base de dados inicial dos currículos de profissionais cadastrados na Plataforma Lattes que possuem algum tipo de envolvimento com o tema. Esta base foi inaugurada contendo 15.000 registros de informações sobre EA. Em abril de 2009, a base chegou a contar com 21.300 registros, representando um crescimento de 42%.

O Sibea representa uma poderosa ferramenta de busca, auxiliando a realização de pesquisas, facilitando a identificação e localização de profissionais, oferecendo a possibilidade de se efetuar parcerias e estruturação de redes temáticas, etc. Nesse sentido, ao longo dos dois primeiros anos do Sibea, foram feitas quase 38 mil buscas, o que equivale a praticamente 52 consultas diárias de informação sobre EA realizadas diretamente no sistema. À medida que o Sibea tornar-se mais conhecido, a perspectiva é de haver um aumento no número de consultas. Quanto mais buscas forem realizadas, maior será o estímulo para a alimentação de dados no Sibea, em função do aumento da visibilidade e da confiabilidade das informações ali presentes. Ou seja, quanto maior a sua utilidade, maior sua valorização.

Um benefício indireto do Sibea que merece ser ressaltado está na possibilidade de se correlacionar quantos educadores ambientais por habitante existem no país. Atualmente, com os pouco mais de cinco mil educadores ambientais cadastrados no Sibea, a taxa nacional é de 0.0005%. Ou seja, existe apenas um educador ambiental para cada 173 mil brasileiros. Evidentemente enquanto o Sibea não abranger a totalidade dos profissionais teremos apenas uma aproximação desta proporção.

O Sibea foi originalmente concebido como uma ferramenta de consulta de informações qualificadas sobre a EA, contudo, apresenta um forte potencial de vir a se constituir como um instrumento ideal à realização de censos por onde será possível conhecer o perfil do educador ambiental, a realidade da prática da EA no país e sua evolução anual; parâmetros que servem como valiosos subsídios à formação de políticas públicas para a EA. Mas para isso, a totalidade (ou algo próximo disso) dos educadores ambientais brasileiros, precisa estar cadastrada no sistema com informações atualizadas; o que demanda um esforço de estímulo ao cadastramento por parte do governo federal e um comprometimento da comunidade de educadores ambientais brasileiros a manter vivo o sistema.

Cadastre-se no Sibea: <http://sibea.mma.gov.br/>

1 Philippe Pomier Layrargues é biólogo, especialista em educação ambiental, mestre em psicologia social e doutor em ciências sociais, trabalhou no Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente de 2003 a 2008 e, atualmente, é professor adjunto da Universidade de Brasília.

2 Ricardo Veronezi Ferrão é tecnólogo em processamento de dados, atualmente no Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente atuando junto ao Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental-Sibea.



Participación social, políticas públicas ambientales y el papel de la Educación Ambiental

La participación como política pública: calificar e innovar

Maura Machado Silva *

Hoy día la participación social es considerada un principio fundamental para la elaboración y gestión de políticas públicas y, gradativamente, es incorporada al proceso político de manera institucionalizada, bajo la forma de conferencias, consultas públicas, consejos y colegiados representativos, etc., incluso previstos en leyes y normativas.

La participación social confiere legitimidad a decisiones, pues que son resultado de un conjunto de discusiones emprendidas por ciudadanos y ciudadanas y que, posteriormente, estarán identificados con las soluciones aportadas y contribuirán para su implementación.

Innumerables y significativos son los beneficios que trae la participación social a la gestión pública, considerándola en modernos Estados democráticos de derecho, como la contribución a la resolución más eficaz de problemas, la promoción a la integración social, el desarrollo del sentido de pertenencia e identificación de las personas con el espacio de decisión política, oportunidades de aprendizaje y el ejercicio de la responsabilidad por las decisiones. Además, la participación social en la gestión pública facilita la integración de distintos intereses en los procesos de toma de decisión, propicia la mediación de conflictos, permite una mejor comprensión de decisiones, les conferiendo legitimidad y facilitando la continuidad de lo decidido (Heras, 2006).

Las prácticas que confieren legitimidad a la participación ciudadana están articuladas a la necesidad de darse más eficiencia a la gestión pública, demarcando los procesos participativos como formas de control social, y así fortaleciendo la democracia (Jacobi, 2002).

La participación se promueve con la garantía de que las personas involucradas en las decisiones puedan informarse sobre lo que se va a decidir y puedan analizar en pormenores las distintas opciones, dándose cuenta de los diversos intereses presentes en cada situación. “La participación es una gran fuerza que puede corregir los sesgos de políticas marcadas por intereses de grupos de mayor poder, haciendo sentir el peso de las legítimas prioridades de las mayorías débiles” (Kliksberg, 2007).

En el ámbito de las políticas públicas, la participación social debe ser una clara intención de gobiernos y del Estado, o sea, hay que existir un proyecto político de democratización “coherente, centrado en la inclusión social, la equidad, y el desarrollo pleno de la ciudadanía” (ibdem). Este mismo autor apunta como logro fundamental de los procesos participativos el crecimiento del capital social en diferentes dimensiones: la confianza, la capacidad de asociatividad, la conciencia cívica y los valores éticos positivos.

Desde el planeamiento y gestión de las políticas públicas, los procesos participativos deben ser parte de las rutinas del “hacer público”, con procedimientos específicos a cada caso. Cada proceso participativo debe involucrar desde el principio a los actores sociales, de modo que estos se sientan parte del proceso y perciban la importancia de la manifestación de sus voces para basar las decisiones. Además, es necesario que el poder público se comprometa con la calificación de la participación ciudadana, que significa promover capacitaciones adecuadas a las necesidades de los procesos participativos, incluyendo información, discusión, prácticas de consenso y de mediación de conflictos y tantas otras que sean identificadas como importantes en y para el proceso. Así, son premisas esenciales para la promoción de procesos participativos legítimos el acceso a la información y el establecimiento e institucionalización de espacios de participación y debate.

Boaventura de Sousa Santos llama “procedimentalismo participativo” (Santos, 2002) a los procesos de amplia participación, en que se debate y define las reglas para la participación, así como las formas de deliberación

acerca de las decisiones. El mismo autor nos provee con una densa discusión acerca de las tendencias actuales, basadas en la análisis de experiencias exitosas de participación democrática desarrolladas en países periféricos (como Brasil, India, Colombia, Mozambique y Africa del Sur). Las distintas experiencias apuntan para formas innovadoras de democracia, dirigidas hacia la participación directa - un camino que parte de la democracia representativa hacia la democracia participativa -, lo que genera varias propuestas (no como “modelos” a seguirse, pero como experiencias para producir aprendizaje y nuevas formas del hacer democrático).

Una de estas propuestas apuntadas por el autor es la complementariedad entre representación y participación directa, lo que implica una articulación profundizada entre democracia representativa e democracia participativa:

“presupone el reconocimiento por los gobiernos de que el procedimentalismo participativo, las formas públicas de monitoreo de los gobiernos y los procesos de deliberación pública pueden sustituir parte del proceso de representación y deliberación tales como concebidos en el modelo hegemónico de democracia. El objetivo es asociar, al proceso de fortalecimiento de la democracia local, formas de renovación cultural asociadas a una nueva institucionalidad política que repone en la pauta democrática las cuestiones de la pluralidad cultural y de la necesidad de la inclusión social. Los arreglos participativos permiten la articulación entre argumentación y justicia distributiva y la transferencia de prerrogativas del nivel nacional para el nivel local y de la sociedad política para los propios arreglos participativos. La concepción de complementariedad implica una decisión de la sociedad política de ampliar la participación en nivel local por medio de la transferencia y/o devolución para formas participativas de deliberación de prerrogativas decisorias a principio detenidas por los gobernantes. Es en la originalidad de las nuevas formas de experimentación institucional que pueden localizarse los potenciales emancipadores aun presentes en las sociedades contemporáneas” (ibidem, libre traducción)

Para pensar y realizar procesos de participación social, hay que entenderse la sociedad y sus dinámicas como algo en constante transformación, y en constante establecimiento de “acuerdos” con el poder público que ocurren “entre el derecho (visible) y el avieso (opaco) de la credibilidad, entre lo que las autoridades articulan y lo que de ellas es acepto, entre la comunicación que permiten y la legitimidad que presuponen, entre lo que ellas tornan posible y lo que las torna creíbles” (Certeau, 1993, libre traducción). La participación permite y supone, además de credibilidad en la elaboración e implementación de las políticas públicas, legitimidad de esas como realmente “públicas”, con intencionalidad de incluir a todos los actores sociales vinculados al que se propone con ellas.

La participación como proceso educativo

Cuando llegamos al ámbito de las políticas públicas ambientales, débese pensar la participación social en la gestión de los recursos naturales. Esa gestión ocurre en variados ámbitos (como, por ejemplo, la gestión de los recursos hídricos y la gestión de los espacios naturales protegidos) e, invariablemente, están involucrados en estos procesos de gestión ambiental poblaciones que hacen uso directo o indirecto del medio ambiente. Así, la búsqueda de ampliación y calificación de la participación social debe tomar en consideración los conflictos que son producidos en procesos gestión ambiental, que ocurren en función de diferentes intereses existentes acerca del uso y de la apropiación de los elementos y espacios naturales. De esta manera, las políticas públicas ambientales necesitan buscar la participación de actores sociales implicados directa o indirectamente en la gestión ambiental hacia distintas maneras de co-gestión, estimulando una posición de co-responsabilidad junto a los segmentos y poblaciones involucrados en cada caso. Así, la participación social, considerada como proceso de desarrollo de la conciencia crítica y de adquisición de poder (Bordenave, 1985), apunta para un sentimiento de co-responsabilidad de la sociedad en los desdoblamientos advenidos de las tomas de decisiones.

La Educación Ambiental (EA) posee papel fundamental en la promoción de los procesos participativos, pues contiene en sus premisas y herramientas las condiciones necesarias para unir la necesidad política democrática de participación a los procesos de gestión ambiental (Loureiro, 2005). La EA, entendida como proceso de intervención pedagógica en el socioambiente, comprende la interdependencia entre ser humano y medio ambiente, de modo que este es a la vez fruto de la actividad humana y factor determinante de estas actividades, y que la experiencia social nunca está disociada de la experiencia ambiental. La EA considera que las cuestiones ambientales necesitan ser trabajadas desde cambios de actitudes y comportamientos individuales y colectivos hacia una perspectiva de sostenibilidad. Además, toma el medio ambiente como un amplio escenario social, donde se manifiestan conflictos y tensiones acerca de distintos intereses, que pueden ser mediados por procesos educativos de participación y toma de decisiones democráticos.

El reto educativo de la participación consiste, para allá del acceso e interpretación de las informaciones, en el cuestionamiento crítico acerca de los problemas y las posibles soluciones, en el intercambio de ideas y diálogo entre los actores y sus distintos intereses, en la búsqueda de alternativas y su traducción en decisiones y acciones comunes (Heras, 1996).

La EA puede actuar en los procesos de apropiación de la gestión ambiental por los actores en ellos involucrados, con base en el conocimiento de estos procesos y/o en la elucidación de ellos. La apropiación puede tener dos vías principales: la acción-transformación, donde se apunta que la acción de individuos y colectividades transforman el espacio; y la identificación simbólica, que se vincula con aspectos afectivos, cognitivos e interactivos (Vidal y Pol, 2005).

Todos estos aspectos son fundamentales para la EA, de modo que suelen constituirse tanto en subsidios para los procesos educativos como en objeto de actuación.

Para hacer viables acciones de EA que impelan la participación calificada de los distintos actores en las políticas públicas ambientales, de manera permanente y continuada, se hace necesario una mirada para esta temática a partir de la estructuración de políticas públicas pertinentes e innovadoras en relación a los mecanismos y procesos de participación. Para esto, es muy importante promover la reflexión sobre las experiencias en desarrollo actualmente hacia nuevas formas de practicar la democracia, especialmente las que presentan carácter de participación directa, con vistas a la actuación integrada y de co-responsabilidad entre el poder público y la sociedad para la gestión ambiental sostenible que promueva la equidad de relaciones y la inclusión social.

Referências Bibliográficas

BORDENAVE, Juan Diaz 1985. O que é participação? Ed. Brasiliense, São Paulo.

CERTEAU, Michel de 1995. A cultura no plural. Editora Papyrus, Campinas, SP.

HERAS, Francisco 1996. Medio ambiente, educación y participación. Ciclos - Cuadernos de Comunicación, Interpretación y Educación Ambiental, 1: 24-27.

_____. 2006. A participação como processo de aprendizaxe e coñecemento social. Ambientalmente Sustentable. 1(1-2): 229-242.

JACOBI, Pedro Roberto 2002. Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina. Ciênc. saúde coletiva, 7(3): 443-454.

KLIKSBERG, Bernardo 2007. ¿Cómo avanzar la participación en el continente más desigual de todos? RAP, 41(3):537-581.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. 2005. Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação. IBAMA, Rio de Janeiro

SANTOS, Boaventura de Sousa y AVRITZER, Leonardo 2002. Para ampliar o cânone democrático, In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.): Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

VIDAL, Tomeu y POL, Enric 2005. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. Anuario de Psicología, 36 (3): 281-297.

*Maura Machado Silva é doutoranda do Programa de Doutorado Interuniversitário em Educação Ambiental pela Universidade Autónoma de Madrid (UAM) e analista ambiental do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Contato: maurams@gmail.com



Entrevista com Cleidemar Valério

Silvia Czapski

QUEM:

Bióloga com doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), Cleide – como é mais conhecida – assumiu, em 2006, como assessora técnica do Conama, a atividade de acompanhamento da Câmara Técnica de Educação Ambiental, que foi criada em 2003.

QUANDO:

Entrevista concedida em 07/11/2007

COMO:

Por telefone

O QUE (principais temas):

Câmara Técnica de EA do Conama

RESUMO DA CONVERSA:

REMINISCÊNCIAS

“De 2003 a 2006, as pessoas não viam perspectivas, para esta Câmara Técnica [CT de EA do Conama]. Até que se definiu como um de seus objetivos fazer com que a EA se inserisse nas resoluções do Conama. Isso demanda um trabalho interno, para que todos os técnicos e conselheiros se integrem nisso.

A proposta foi apresentada aos conselheiros, e os técnicos mais relacionados com o tema já trabalham no sentido de estimular esta postura nas CTs. Trata-se de uma forma sutil e eficiente de trabalhar. Exige mobilizar melhor as bases, os técnicos e os próprios conselheiros. Em geral, as pessoas demoram a perceber e incorporar a nova visão.

Com esta nova perspectiva, a Câmara Técnica de EA passa a ter um papel importante. Fizemos até agora duas investidas no Plenário. A Rachel [Trajber] apresentou o que pretende, propondo emendas em resoluções para exigir que incorporem o aspecto da EA.”

SOBRE AS CÂMARAS TÉCNICAS

O Conama tem 11 câmaras técnicas, informa Cleide. Como assessora técnica, ela acompanha [desde 2004] também a Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental, e o Grupo de Trabalho que cuida da Agenda Nacional do Meio Ambiente. Para dar idéia do volume de trabalho, ela cita que essa Câmara Técnica manteve oito Grupos de Trabalho (GTs) simultâneos, com reuniões mensais. Para cada um, diz ela, é preciso preparar documentos, distribuir convites, elaborar relatórios, além de atender outras demandas do dia-a-dia.

Precisamos ser objetivos, definir muito bem o que queremos e focar nossos esforços num só rumo, disse ela, às vésperas de um seminário que será feito com o setor produtivo, sobre o papel desse setor no campo da educação ambiental.

A AGENDA DO MEIO AMBIENTE

“Fizemos 7 reuniões, mais a participação nas duas Conferências Nacionais do Meio Ambiente”, contabiliza Cleide, ao falar do GT que cuida da construção de uma Agenda Nacional de Meio Ambiente. As centenas de deliberações das Conferências, diz ela, foram incorporadas. “Agora [novembro/2006] que as consolidamos, em função da conferência, abrimos para os conselheiros darem suas contribuições. Eles avaliaram as propostas, receberam senha e digitaram suas emendas, para a Agenda. O propósito é estender as discussões para todos os segmentos da sociedade.”

“NÓS” QUE DIFICULTAM AVANÇOS PARA A EA NO CONAMA

Conscientização x EA. Basta observar a diversidade de conselheiros no Conama, comenta Cleide, para perceber a dificuldade da inserção da EA em todos os segmentos, como pede a lei. São pessoas extremamente engajadas, que, no entanto, ainda não vêem o assunto ‘Educação Ambiental’ como a prioridade mais importante.

Muito para poucos. Para colocar em prática a proposta de inserir a EA em todas as atividades do Conama, estabeleceu-se um périplo para contatar e informar as demais Câmaras Técnicas, além de checar todas as resoluções em discussão. A CT-EA tem apenas sete conselheiros para fazer este trabalho de articulação. Faltam “pernas e braços” para participar de todas as reuniões, avaliar as propostas de resolução e propor a inserção da dimensão ambiental nas principais resoluções

(entrevista e edição: Silvia Czapski
revisão: Cleidemar B. Valério)

Entrevista com Diego Rodrigues

Silvia Czapski

QUEM:

Mais conhecido como Diego de Itu, é formado em Ciências Sociais pela USP, morador de Itu (SP), membro do Coletivo Jovem do Estado de São Paulo e da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (Rejuma). Atuou na criação de vários portais e comunidades de prática na web.

QUANDO:

Entrevista concedida em 26/03/2007

COMO:

Por telefone

O QUE (principais temas):

- Rejuma
- Constelação na Internet

RESUMO DA CONVERSA:

REMINISCÊNCIAS

“Quando eu morava no CRUSP, conheci um moçambicano [Beto Cadilhe] com quem comecei a trocar idéias e fazer testes, sobre um portal de cultura alternativa, chamado subcultura.org . Conseguimos uma grana para adequar e implantar ferramentas que ampliassem a integração sul-sul, principalmente com a África

A partir disso, entramos nessa de fazer ativismo [por meio da internet]. E, orientados principalmente pelos conceitos dos livros do Capra, pensamos como potencializar a troca de informação dos coletivos e movimentos sociais. Depois a Rejuma [Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade] conseguiu um financiamento e fizemos o portal da Rede.”

DAS LISTAS DE DISCUSSÃO À ESTRUTURA DA CONSTELAÇÃO

Diego comenta que as listas de discussão por e-mail surgiram no movimento ambientalista, em paralelo à Eco-92, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Ganharam o país, segundo ele, por abrirem espaços sem fronteiras à discussão dos mais variados temas, pela via virtual. Mas, ainda de acordo com ele, ao utilizá-las, as pessoas ficam “presas” ao textual e à indicação de links.

Com o desenvolvimento da web 2.0, a troca de conteúdos foi facilitada, pela possibilidade de lidar com conteúdos multimídia mais densos, como por exemplo, vídeos e grandes galerias de imagens interativas.

“Hoje, estamos numa constelação [uma prática de gestão que segue o código aberto – licença GNU/GPL]. O foco é fazer tudo em código aberto, para que as pessoas e organizações possam se empoderar e ser donas

dos meios virtuais de produção da comunicação nessa constelação que é a web. E nós damos o suporte, pela gestão on line. Como a idéia é manter o conteúdo do portal livre, não temos nenhuma burocracia para inclusão e acesso à informação. A idéia é gestão de informação que venha a se tornar conhecimento. Podemos ter temas nacionais, locais, transversais...o que quisermos!

Temos como proposta o ciberativismo. Criamos redes caipiras, caiçaras, sempre unindo a galera [da região] de Itu Vale do Ribeira, Alto Paranapanema [SP] e por ai vai. São muitos os entrelaces, sem fronteiras. Buscamos garantir servidores e ferramentas. Cada um tem a possibilidade de criar inúmeras frentes de atuação na web.”

“NÓS” QUE DIFICULTAM O AVANÇO DO CIBERATIVISMO PELA EA

Buscando unir o ciberativismo à necessidade de sobrevivência do coletivo, Diego conta que ele e amigos começaram a se oferecer para criar ambientes virtuais que abriguem os mais diversos conteúdos. Uma das primeiras experiências foi o site agitosantamaria.com, encomendado por um primo [João Andrade], na pequena Santa Maria do Salto, no Vale do Jequitinhonha (BA). O sucesso, afirma Diego, se mede com base no estudo e acompanhamento de como as pessoas utilizam os portais.

Só que o caminho é cheio de obstáculos, diz ele. “Funcionamos como empresa para garantir profissionalismo, mas não somos uma. Cobramos um oitavo ou menos do que o valor do serviço, pois queremos fazer como serviço público, o chamado e-governo, pois a sociedade civil tem pouca grana para investir e se desenvolver. Mas é preciso ter pessoas dedicadas, com vontade de atuar, e que mexam na internet. Damos as ferramentas que terão de ser usadas por outros”.

(entrevista e edição: Silvia Czapski
revisão: Diego Rodrigues)

Eventos

VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental



Local: Rio de Janeiro/RJ

Data: 22 a 25 de julho de 2009

O VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental é evento em âmbito nacional, promovido pela Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea), coletivo que reúne mais de 40 redes de educação ambiental e educadores ambientais do país. A Rede estima a participação de mais de 4 mil participantes inscritos

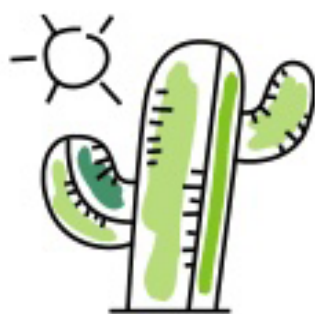
A Programação do VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental foi construída a partir de inúmeras reflexões e sugestões de integrantes da Rebea, de redes de educação ambiental do país inteiro e de educadores ambientais, num processo participativo que se iniciou em 2006 e se consolidou em 2009, quando da estruturação da Comissão Organizadora Local e da Secretaria Executiva no Instituto Baía de Guanabara. Em diferentes espaços, presenciais e virtuais, a programação se solidificou tendo como eixo integrador a perspectiva participativa e democrática.

A programação está disponível no site da Rebea (<http://forumerebea.org/wp-content/uploads/programacao-final-vi-forum.pdf>) e poderá sofrer alterações.

O evento ocorrerá no Rio de Janeiro, de 22 a 25 Julho de 2009, no campus da Praia Vermelha, da UFRJ.

As inscrições podem ser feitas no link: <http://www.rebeainscricoes.org/>

II Fórum Nordestino de Ecoturismo



Local: Aracaju/SE

Data: 16 a 19 de outubro de 2009

O Instituto Socioambiental Árvore, por meio de seu Programa de Educação Socioambiental, tem a satisfação de anunciar a realização do II Fórum Nordestino de Ecoturismo, no período de 16 a 19 de outubro de 2008, em Aracaju, Estado de Sergipe.

O evento será realizado no Auditório Padre Arnóbio na Universidade Tiradentes - Campus Farolândia.

Nesta segunda edição do Fórum Nordestino de Ecoturismo já fica claro o sucesso do evento. No mapa apresentado a seguir registra-se a presença de participantes de diversos Estados do Brasil e de participantes do exterior (Chile).

Maiores informações no link: <http://www.arvore.org.br/ecoturismo/>

Unifesp oferece curso gratuito a distância



A Universidade Federal de São Paulo oferece curso gratuito de formação continuada de professores em educação ambiental.

Ministrado a distância, tem duração de 5 meses.

As inscrições vão até dia 24/7 no endereço <http://procdados.epm.br/dpd/proex/asp/index.asp?page=ins&tipo=a>

Curso de Educación Ambiental para la Sostenibilidad Y Tic On-Line



Desde Ecotopía se va a lanzar un curso on-line gratuito de Estrategias Didácticas de Educación Ambiental para la Sostenibilidad a través de las TIC en la plataforma moodle de Aulavea, subvencionado desde la Consejería de Medio Ambiente de la Junta de Andalucía de dos meses de duración que comenzará el 15 de julio hasta el 15 de septiembre.

Este es un curso piloto en modalidad autoformación, con todas las prestaciones y acceso a todos los materiales del curso, con el objetivo de mejorar la propuesta educativa gratuita y dirigida a profesorado, miembros de organizaciones educativas, ONGs ambientalistas o estudiantes interesados. Posteriormente realizaremos otras propuestas formativas.

Una vez finalizado el mismo, y si se han realizado las tareas encomendadas satisfactoriamente, tendrás la acreditación correspondiente.

Te invitamos a participar, para ello tendrás que rellenar el cuestionario de inscripción.

Para más información:

- * Guía Didáctica - <http://www.ecourban.org/ecotopia/downloads/guiadidacticaeaytic2009.pdf>
- * Preinscripción - <http://www.ecourban.org/ecotopia/matriculacionencursoaulavea.html>

6º Congresso Brasileiro de Biodiesel



A Universidade Federal de Lavras promoverá, no período de 24 a 28 de agosto de 2009, o 6º Congresso Brasileiro de Plantas Oleaginosas, Óleos, Gorduras e Biodiesel, na cidade de Montes Claros, Minas Gerais.

Este evento tem sido referência nacional para as áreas de produção de plantas oleaginosas, óleos vegetais, gorduras e biodiesel e, gostaríamos de convidá-lo para estar presente neste 6º Congresso.

As informações sobre o congresso podem ser obtidas no site <http://oleo.ufla.br>.

Publicações

Consumo Sustentável - Manual de Educação



CONSUMO SUSTENTÁVEL: Manual de educação. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/

IDEC, 2005. 160 p.

Autores: Ministérios do Meio ambiente e da Educação, Consumers International e Idec

Publicação em parceria com o Idec Consumers International, propõe uma nova postura diante do consumo, introduzindo novos argumentos contra os hábitos perdulários, que, caracterizam o padrão de consumo das sociedades ocidentais modernas, que além de ser socialmente injusto, é ambientalmente insustentável. Composto por sete temas em capítulos tais como água, alimentos, biodiversidade, transporte, energia, lixo e publicidade, o livro acrescenta em seu primeiro capítulo a questão da cidadania e consumo sustentável como princípio ético que sustenta

os conteúdos dos demais capítulos. Cada capítulo é composto por uma parte teórica e informativa e outra que conduz à pesquisa, com textos de apoio e atividades em sala de aula que possibilitam a construção de projetos de trabalho na escola.

Disponível em: www.mma.gov.br/ea

ou pelo link: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/consumo_sustentavel.pdf

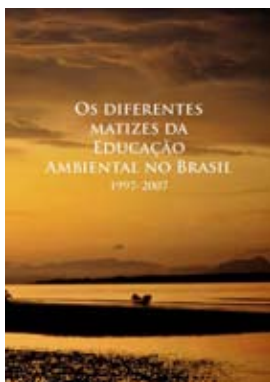
Juventude, Cidadania e Meio Ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas

Brasil. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas. / Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. – Brasília: Unesco, 2006. 204p.

Autores: Ministérios do Meio Ambiente e da Educação e Unesco

Esta publicação pretende, de um lado, oferecer informações sistematizadas sobre a temática “Juventude e Meio Ambiente”, com dados e impressões levantadas desde 2003 e, de outro, apresentar diferentes visões e perspectivas de jovens ambientalistas e de especialistas, por meio de artigos curtos. O livro é voltado a gestores, pesquisadores, técnicos e ativistas que atuam na interface Juventude e a Questão Socioambiental, visando subsidiar a formulação, implementação, avaliação e revisão de políticas públicas na área.

Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil 1997-2007



Em comemoração aos 10 anos da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, Lei 9.795/99, o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente lança o livro “Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997 - 2007”.

Esta publicação traz uma linha do tempo da Educação Ambiental no Brasil, no período de 1997 a 2007, com sua história tão recente e tumultuada quanto sua importância e urgência para se conseguir revolucionar as precárias relações entre nós, seres humanos, e as bases de sustentação da vida no nosso planeta.

O livro poderá ser baixado clicando-se no link abaixo:

http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dif_matizes.pdf

Revista Brasileira de Educação Ambiental

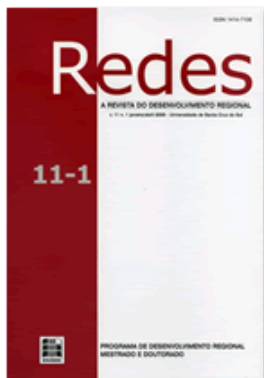


A Revista Brasileira de Educação Ambiental (Revbea) é fruto da organização e da capacidade de mobilização da Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea). Ela tem um formato não acadêmico, em função do vasto e heterogêneo perfil dos protagonistas em Educação Ambiental (EA) do Brasil. Sua intenção não é disputar espaços contra as revistas acadêmicas, ao contrário, alia-se às inúmeras publicações internacionais e nacionais, oferecendo um outro espaço que possa revelar vivências, experiências, ensaios ou reflexões teóricas sobre a EA.

As políticas editoriais foram construídas coletivamente entre a Coordenação Editorial e os membros do Conselho Editorial, através de trinta nomes competentemente atuantes na Educação Ambiental (EA), e também através do critério regional, abarcando representantes de todas as regiões brasileiras.

Maiores informações nos links: <http://www.ufmt.br/remtea/revbea/> e <http://www.rebea.org.br/revbea.htm>

Revista Redes-A revista do desenvolvimento regional



A Revista Redes é uma publicação quadrimestral, de caráter permanente, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. organizada e editada pelo Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional – Cepeder, com 11 volumes impressos. Sua linha editorial tem como objetivo a produção e difusão do conhecimento sobre os processos de desenvolvimento político-institucional, social, cultural, econômico e tecnológico que configuram o espaço do regional. A primeira edição da Revista Redes ocorreu em julho de 1996. A revista está indexada em GeoDados, indexador de Geografia e Ciências Sociais da Fundação Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil, no Redalyc Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal e Latindex.

Maiores informações no link: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes>

Internet

Portal de Ensino de Ciências - Ciência à Mão



O portal Ciência à Mão, do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, é um portal que disponibiliza um catálogo online de atividades, textos, software, livros, revistas e links de ciência. Você pode procurar nestas categorias ou usar a busca por palavra-chave.

São quase 12 mil recursos já catalogados e entre estes destaca-se uma enorme coleção de experimentos de projetos como o Mão na Massa e Ludoteca. Outro projeto interessante que faz parte do Ciência à Mão é o Aliens da Ciência. O projeto Arte e Literatura no Ensino da Ciência disponibiliza artigos sobre como utilizar obras de ficção científica no ensino de ciências e resenhas de muitos contos, livros e filmes. Vale a pena conferir: Ciência à Mão.

Maiores informações no link: http://www.cienciamao.if.usp.br/tudo/exibir.php?midia=von&cod=_meioambiente-educacao

Blog Circuito Tela Verde



O Circuito Tela Verde é uma mostra nacional de produções audiovisuais sobre experiências de projetos de educação ambiental, para exibição em estruturas educadoras como Salas Verdes, Pontos de Cultura, Coletivos Educadores, cineclubes etc. Utilizando metodologias de educomunicação, os filmes oferecem um mosaico de opiniões, visões de mundo e modos de vida dos membros das comunidades locais sobre o meio ambiente, os problemas e as responsabilidades ambientais. Trazem uma importante contribuição para compreender como as comunidades tomam parte nos processos da gestão ambiental pública.

Maiores informações no link: <http://circuitotelaverde.blogspot.com>

